

CPMF x SALÁRIOS:

Chantagem para dividir os trabalhadores

Justamente na semana de negociação do PGPE, o governo Lula declara que enquanto não for aprovada a prorrogação da CPMF está suspensa a apresentação de novas propostas aos servidores e também a remessa ao Congresso dos acordos recém assinados, como Cultura, Banco Central, Datasus e HFA. O governo alega que depende dos R\$ 40 bilhões da CPMF para executar sua política social e, caso fique sem essa arrecadação, terá que fazer cortes que atingirão verbas previstas para os reajustes salariais.

Podemos acreditar que o governo não tem outra saída a não ser escolher entre dar os reajustes ou manter programas de suposta redução da miséria?

Essa lógica encobre completamente a realidade

de da destinação das riquezas produzidas pelos trabalhadores no Brasil. Para onde elas estão indo? Quem está se apropriando delas?

Dados do próprio governo respondem: em 2002, a dívida pública era de R\$566 bilhões, o governo pagou até hoje R\$ 998 bi (20 anos de CPMF) e ainda deve R\$ 763 bi. Esse é o resultado da política do superávit primário que suga os recursos para a espiral sem fim da especulação financeira deixando o cobertor "curto" para gastos sociais, inclusive salários.

Por que deixar intocada essa parte do leão e jogar a população trabalhadora para "disputar" finas fatias do orçamento?

Esse problema atinge também os trabalhadores do setor privado que, frequentemente, vêem atacados direitos como férias,

13º, licença-maternidade, inclusive por meio de comparações grotescas e ideologizadas com trabalhadores lançados na informalidade.

Com os trabalhadores assim divididos, jamais é questionado o lucro dos banqueiros e das grandes empresas nacionais e multinacionais. Jamais é questionada a perda de recursos e patrimônio provocada pelas privatizações e terceirizações.

Mais uma vez, está claro que a unidade de todos os servidores, junto com os trabalhadores do setor privado - unidade que se constrói por meio dos sindicatos e da CUT - é a força capaz de impor o atendimento das reivindicações e a defesa do serviço público e dos direitos universais, contra os privilégios e manipulações dos especuladores.



Servidores paralisam atividades na manhã de 29.11

Paralisação no Planejamento

Servidores exigem a retomada das negociações

Em ofício ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, protocolado na quinta-feira, dia 29.11, os servidores do Planejamento deram prazo até a segunda-feira, dia 3.12, às 10h, para o governo retomar as negociações para a implantação do Plano de Carreira e extensão da GSISTE. Na manhã de 28.11, uma forte mobilização paralisou os trabalhos da SPOA, SLTI, SEGES e SRH, inclusive SIAPE. Uma comissão foi recebida pelo Secretário Duvanier Ferreira mas os servidores ficaram ainda mais insatisfeitos pois além de as reivindicações terem sido negadas, a reunião foi interrompida abruptamente, sem a marcação de uma rodada de negociação. Apesar das duras palavras de Duvanier, os servidores não vão recuar e mantêm a luta pela abertura de negociação pelo Plano de Carreira e extensão da GSISTE para todos.

PGPE

Não houve negociação na reunião de 30.11. O governo não apresentou a anunciada proposta e se limitou a dizer que só poderia discutir após a aprovação da CPMF, frustrando as expectativas de mais de 250 mil servidores. A atitude contraria afirmações do próprio Planejamento, que, em seu sítio na internet, afirmava que "as negociações continuarão em andamento, mas o governo prefere ter cautela com medidas que impliquem em novas despesas". A representação dos servidores não aceitou essa suspensão unilateral das negociações e a SRH ficou de realizar consultas para reavaliar sua posição.



Assembléia em Brasília reúne mais de cem servidores

Conab

Acordo depende de assembleias

Deve sair nesta segunda-feira, dia 03.12, o resultado das assembleias realizadas na sexta-feira, dia 30.11, sobre o Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que em todo o país possui mais de três mil servidores.

Dividido em duas partes centrais, as cláusulas sociais (já definidas e apro-

vadas) e as econômicas, o acordo foi submetido à base para aprovação ou rejeição da proposta do governo. O impasse está no índice de reajuste para a categoria. O governo ofereceu duas alternativas: reajuste linear de 4,18% com validade de um ano; ou reajuste linear de 6%, retroativo a setembro deste ano, mais 1% em janeiro/2008 e mais um abono

de R\$ 1.000, com validade de dois anos. A Comissão Nacional dos Empregados recomendou a não aceitação de nenhuma das propostas, isto porque, a primeira não contempla o abono e a outra não traz uma "cláusula de barreira", a qual permitiria a reabertura das negociações no caso de a variação do IPCA no período ser superior ao índice antecipado.

Funai

Governo propõe Plano de Estrutura Remuneratória



Comissão de servidores se reúne com a SRH do Planejamento

Em reunião dia 27.11, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e a presidência da Funai apresentaram um Plano de Estrutura Remuneratória para os servidores do órgão. O documento traz um incremento de 20 milhões em relação ao Plano de Carreira e Cargos Indigenista (PCCIN), proposta anterior do governo e que foi rejeitada pela categoria.

A atual tabela não faz diferenciação entre as atividades meio e fim e será escalonada em três anos (jan/2008, jul/2009 e jul/2010). A gratificação de desempenho será de 80 pontos para ativos e 30 para aposentados. O Plano não contempla a titulação, já que se trata somente de uma estrutura remuneratória.

O governo garantiu ainda que as discussões sobre

o Plano de Carreira Indigenista (PCI) não estão encerradas e que haverá concurso público assim que a nova estrutura remuneratória for implantada. Além disso, a direção da Funai adiantou que o governo está com dificuldades políticas e financeiras para implementar novos incrementos na tabela. A Comissão Nacional dos Servidores registrou a não participação do funcionalismo na construção da tabela, ao contrário do que aconteceu em outros órgãos. Os estados têm até a segunda-feira, dia 3.12, para encaminhar as avaliações da proposta. O resultado será debatido durante o Encontro Nacional da categoria, que acontece em Belo Horizonte, durante o Congresso da Condsef, de 5 a 9.12. O prazo para apresentação de uma resposta ao governo é até o dia 10.12.

Leia no sítio do Sindsep na internet
www.sindsep-df.com.br

■ **Incrá**
Nova reunião na quarta-feira

■ **Bacen**
Governo assina acordo

■ **AGU**
Planejamento joga negociação para 2008

■ **GEAP**
Liminar garante país como dependentes

■ **MMA**
Concurso público

■ **Jurídico/HFA**
Sindsep suspende taxas de ocupação

Anistiados

AGU é favorável ao retorno

Finalmente, a Advocacia-Geral da União expediu, dia 29.11, um parecer favorável à reintegração dos servidores públicos demitidos no governo Collor. Porém, de acordo com o advogado do Sindsep-DF, Ulisses Borges, apesar de positivo no geral, o documento traz pontos que precisam ser revistos, tais como o Regime Jurídico e a questão das empresas que não têm sucessão.

Como o governo havia afirmado que, após o parecer, começaria a publicação das portarias para retorno ao serviço público, os anistiados decidiram manter a vigília em frente ao Ministério do Planejamento. Na segunda-feira,

dia 03.12, haverá uma reunião com a assessoria jurídica do Sindsep-DF e os representantes de cada órgão dos anistiados para esclarecimento de dúvidas e encaminhamentos.

Anistiados X PDV

É importante não confundir os anistiados com os ex-servidores que aderiram ao programa de demissão "voluntária" do mesmo governo Collor. Graças a uma campanha do Sindsep-DF, realizada na época, o PDV teve pouca adesão e conseguiu arrastar um pequeno número de ex-servidores que não podem voltar ao serviço público pois aceitaram sair em troca de uma "indenização".



Sindsep esclarece prós e contras de parecer da AGU

EXPEDIENTE:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Carlos Alberto, Cleusa Cassiano, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Ivan, José Lourenço, José Parente, Oton Pereira Neves, Roberto Glauber, Thereza Alencar, Valda Eustáquia - Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Estagiária: Leide Santos Diagramação: André Filho - Fotos: MI Management - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergraf - Contribua com a elaboração do "Espanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

Proposta do Governo para a Seguridade Social

Em 29.11, o governo apresentou proposta de tabela salarial para os servidores dos Ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho e Emprego, DRTs e Funasa que será discutida diretamente no Congresso da Condsef. Um novo Vencimento Básico seria fixado a partir de 2008, eliminando a VPI, GAE, GSST e GDASST. Na lógica da contra-reforma administrativa, haveria uma nova "gratificação de desempenho", maior que o VB, com reajustes escalonados até 2010, ampliando a distância entre ativos e aposentados.

		SIT. ATUAL	PROPOSTA DO GOVERNO							
NÍVEL	PADRÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL HOJE (NOV 2007)	NOVO VENCIMENTO BÁSICO (2008 a 2010)	2008		2009		2010		
			A	Gratificação B	Total (A+B)	Gratificação C	Total (A+C)	Gratificação D	Total (A+D)	
		Ativo 100 pts	ATIVOS - GRATIFICAÇÃO ATÉ 100 PONTOS							
Superior	Final	2.698,89	1.531,00	2.248,00	3.779,00	2.825,00	4.356,00	3.598,00	5.129,00	
	Inicial	1.941,87	751,92	1.669,00	2.420,92	1.858,00	2.609,92	1.964,00	2.715,92	
Intermediário	Final	1.762,60	1.066,41	1.233,00	2.299,41	1.338,00	2.404,41	1.467,00	2.533,41	
	Inicial	1.555,87	478,65	1.195,00	1.673,65	1.259,00	1.737,65	1.342,00	1.820,65	
Auxiliar	Final	1.446,87	636,78	1.044,00	1.680,78	1.134,00	1.770,78	1.232,00	1.868,78	
	Inicial	1.446,87	444,48	949,00	1.393,48	1.034,00	1.478,48	1.118,00	1.562,48	
		Apos. 30 pts.	APOSENTADOS - GRATIFICAÇÃO 30 PONTOS FIXOS							
Superior	Final	2.217,29	1.531,00	674,40	2.205,40	847,50	2.378,50	1.079,40	2.610,40	
	Inicial	1.460,27	751,92	500,70	1.252,62	557,40	1.309,32	589,20	1.341,12	
Intermediário	Final	1.551,20	1.066,41	369,90	1.436,31	401,40	1.467,81	440,10	1.506,51	
	Inicial	1.344,47	478,65	358,50	837,15	377,70	856,35	402,60	881,25	
Auxiliar	Final	1.311,77	636,78	313,20	949,98	340,20	976,98	369,60	1.006,38	
	Inicial	1.311,77	444,48	284,70	729,18	310,20	754,68	335,40	779,88	

Delegação ao 9º Congresso da Condsef

Eleitos em 51 assembléias, com a presença de 1610 filiados, 154 delegados de Brasília estarão no Congresso da Condsef, em Belo Horizonte, de 5 a 9.12. Para cumprir tarefas do sindicato, acompanham a delegação os novos diretores Heitor Martins (MEC), Ivan Marinho (F.Palmares) e Moisés Alves (MAPA). Em jogo a defesa da unidade dos trabalhadores para cobrar as reivindicações do governo Lula.

ABIN

João Luiz Batista
Luiz Henrique Rocha

AGU

Francisco Rodrigues Lima
Roberto Glauber V. Dantas
Ruth Maria da Silva Soares

Anistiados

Antonia P. Magalhães
Jader Alvarenga
Raimundo Filho dos Santos

ANVISA

Ilda Medrado da Silva

APOSENTADOS

Francisco Viana Monteles
Hilma de Oliveira Campos
Iari Mary Nunes da Matta
Ildelvina Gonçalves Justos
Ivaldelice Pereira Silva
Izabel dos Santos Pagen
Maria Arnaud Sampaio
Maria Fátima das G. R. Duarte
Maria Gilza Ribeiro Fardin
Maria Pereira dos Santos
Salvador Francisco Oliveira

BACEN

Inaldo Novais de Almeida
José Lourenço da Silva
José Willekens do Brasil
Nascimento
Niraldo Luiz Eccard

CINDACTA

Bernardo Venícios S. Couto
Gerson Pereira da Silva

CNPQ

Fernanda Vidal de Sousa
Fernandes
Juscelino Mariano de Abreu

CONAB

Conceição de Maria Soares M. de Souza
Fernando dos Santos Cunha
Joalita Queiroz de Lima
Nilton Albino da Silva Filho
Renan César Monteiro

DIN

Edinaldo Cardoso da Silva
Gutenberg Vieira Bustamante
Inacio Pinheiro Lima

DNIT

Eliene Maria Marques da Silva
José Ricardo Jacome de Lima

DRT

Izabel Maria da Silva
Sheila da Conceição Martins

ENAP

Elson Araújo Silva Sobrinho
Juvenal Gonçalves de S. Lima

FBN

Nedy Maria da Costa

FNDE

Antonio Rodrigues da Costa
Francisco Carlos Rodrigues
Hermes Araújo Severino
Justiniano Alves dos Santos

FUNAI

Frederico Flavio Magalhães
José Maria de Almeida e Silva
Manoel Martins da Costa Filho
Thereza Cristina de Alencar Silveira

FUNASA

Carlos Henrique Bessa Ferreira
Gardenia Tercia P. S. Martins
Selma da Silva Melo

HFA

Adriana Mª da Conceição

Cleonice da Silva Pereira
José Elio Lucas da Cunha
Leontina Antonia da Fonseca
Maria Sofia dos Santos Saldanha
Maria Zenaide Vieira de Assunção
Valda Eustáquia C. de Silva

IBAMA

Divino Eterno Teixeira
Francisco Chagas Machado Filho
Lindalva Ferreira Cavalcante
Maria José Santos Neves
Mirian Vaz Parente
Valdivino Bernardes de Moraes

INCRA

Alberto Iha Couto
Joaquim Rodrigues S. Filho
Marília Rodrigues
Olietá Pereira Gomes
Raimundo Antonio S. Vieira

IPHAN

Ana Claudia Lima e Alves
Margarida Maria Costa Carvalho

M. Cultura

Juliana Santana de Sousa
Sérgio de Andrade Pinto

M. Exército

Anderson da Costa
Antônio Moreira Melo
Elvio Garcia Leão
Eunice Gonçalves Borges
Iris Antunes de Oliveira
Juarez Messias dos Santos
Maria Madalena da Conceição da Silva
Simone Silva de Oliveira

M. Fazenda

Ana Lúcia Martins da Silva
Ariana Pinto de Moraes
Dayse Cristina de Souza
Gentil Cunegundes da S. Neto

Geraldo da Silva e Souza
Jadir Leite de Oliveira
Jaime Machado do Nascimento
João Batista dos Santos
José Francisco de Oliveira Filho
José Geraldo dos Santos
Júlio César da Conceição
Luiza da Glória Ribeiro
Mary de Fátima Macedo de Oliveira
Neusa Batista de Jesus
Regina de Alcântara Lima de Faria
Reinaldo Felipe dos Santos
Ronaldo Barroso

M. Justiça

Antônio Pedro da Silva
Edson Dias Machado
Fernando César Santos
João Bosco de Souza
José Francisco dos Santos
Mario Antônio de Oliveira Santos
Ulida Ribeiro de Andrade

M. Planejamento

Benedito da Silva Maia
Carlos Alberto F. de Alencar
Cleusa Maria Cassiano
Deldico Augustina da Costa
Josias Ribeiro Soares
Romana Nunes Almeida
Sandra Maria da Silva Costa

M. Saúde

Ada Regina Nogueira Viana
Antenor Nunes da Silva
Aristides Neves da Silva
Eliane Maria Nogueira de Paiva
Cunha
João Fernandes Borges
José Antônio dos Santos Souza
Oton Pereira Neves

M. Trabalho e Emprego

Almir José da Silva
Ananias Nicomedes Figueiredo
Osmiri de Sousa Amaral

Robson Serra Prado

MAPA

Aldenora Maria de Oliveira
Andréa Franco Oliveira
Eli Pires Gonçalves
Renato Batista Negrão
José Ferreira Neto

MDIC

Clarice Fernandes B. P. Mello
Rita Pereira Andrade

MEC

Carlos Antonio X. Albuquerque
Dimitri Assis Silveira
Janice Gomes Alves
Marcio Grace Pereira da Silva

MMA

Egaz Ramirez de Arruda

MME

Carlos Alberto de Oliveira
Fernando de Carvalho Bastos
José Evandro Nascimento Filho
Maurilio Amaro de Souza

MPS

Cacilda Lúcia de Oliveira
José Carlos Pinheiro
Maria Lúcia Moraes Braga
Maria Madalena de Azevedo
Marilda Conceição Ribeiro

MRE

Cláudio Pereira Santana
Inácio Pereira do Nascimento
Jacinto Pereira Teles
Laudeci Jacobina dos Santos
Leonio Gomes Lacerda
Paulo Gonçalves de Oliveira

PABR

José Carlos Gonzaga

Debate político marca a posse da nova direção

Mais de 200 pessoas, entre servidores, familiares e convidados de outras entidades, participaram, dia 30.11, do Ato político de posse da nova diretoria do Sindsep-DF, eleita pela Chapa 1 – Unidade, Independência, Democracia. Um verdadeiro debate político ressaltou a importância da unidade da categoria e da independência diante do governo que só existe com a defesa intransigente das reivindicações. Dos 45 eleitos, apenas 13 compuseram a atual gestão, numa verdadeira renovação dos quadros do sindicato.

O próximo EG publicará o relatório por urna das eleições.

Edison Cardoni, Júlio Barros, Cícero Rola, Oton Pereira Neves, Ricardo Jácome, Josemilton Maurício e Chico Vigilante



Ato político da posse reúne mais de 200 convidados no auditório do Sindsep

PLP 1990

Sindsep-DF é contra o Imposto Sindical

Na noite de quinta-feira, 29.11, já no apagar das luzes, o Senado Federal aprovou em votação simbólica o Projeto de Lei 88/2007 (PLP 1990/07) que, a pretexto de “reconhecer as centrais sindicais”, reforça a tutela do Estado sobre as entidades sindicais, mantém o imposto sindical e a unicidade (um sindicato por categoria por imposição estatal). A votação foi possível porque o governo e a oposição se colocaram de acordo com a derrubada da emenda que tornava facultativo o desconto do imposto sindical em troca do compromisso do governo de, num prazo de 90 dias, encaminhar ao Congresso um novo PL criando a “contribuição negociada” que extinguirá o imposto sindical.

Agora, o projeto retorna à Câmara, que pode retomar a redação anterior ou derrubar o projeto. Defensor da liberdade e autonomia sindical, conforme os princípios da CUT, o Sindsep-DF vai continuar lutando contra o imposto sindical por se tratar de uma interferência estatal na organização dos trabalhadores.

MCultura

Assinado Termo de Compromisso



Governo e funcionalismo assinam Termo de Compromisso

Os representantes dos servidores do Ministério da Cultura e vinculadas (Iphan, Funarte, Biblioteca Nacional e Fundação Palmares) assinaram, na terça-feira, dia 26.11, um Termo de Compromisso com governo para a implementação de uma nova estrutura remuneratória dentro do Plano Especial de Cargos do setor. A tabela salarial passa a ser composta de vencimento básico e uma gratificação de desempenho de até 80 pontos para ativos. O seu pagamento será escalonado em três anos, até 2010. Conheça a íntegra do Termo de Compromisso no www.sindsep-df.com.br.

HFA

Acordo garante estruturação de carreiras

No dia 28.11, representantes dos servidores e da direção do Hospital das Forças Armadas (HFA), do Ministério da Defesa, e o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Du-

vanier Ferreira, assinaram o Termo de Compromisso que estabelece parâmetros para a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do órgão e revisão da tabela remuneratória. O documento assegura a criação das car-

reiras Médica, de Suporte às Atividades Médico-Hospitalares, de Especialista em Atividades Hospitalares e de Técnico Administrativo Hospitalar, além da criação de cargos a serem preenchidos por concurso público.

Direção do Hospital, Ministério da Defesa, servidores e Planejamento firmam acordo

